



## POR UMA EDUCAÇÃO TRANSGRESSORA: SOBRE RACISMO, SAÚDE MENTAL E EDUCAÇÃO

Laisla Suelen Miranda Rocha<sup>1</sup>  

José Francisco dos Santos<sup>2</sup>  

### Resumo

Este artigo tem como objetivo refletir sobre a saúde mental no meio acadêmico frente a um Estado neoliberal. Para isso, utilizou-se a metodologia de revisão integrativa, com base em pesquisas dos Estudos Culturais e suas interfaces com o racismo, a saúde mental e as instituições de ensino. As inquietações surgem ao considerar a saúde mental como um conceito político, que envolve fatores estruturais da sociedade, e ao compreender as instituições educacionais como espaços fundamentais para a promoção da saúde — ainda que possam também se tornar ambientes adoeceadores ao reproduzirem a lógica neoliberal e hegemônica (da cisgeneridade, heteronormatividade, superioridade branca e elitista) presente no tecido social. Nesse sentido, busca-se compreender o papel que o meio acadêmico exerce na saúde mental. Ao final, o texto apresenta provocações e um convite à escrita sobre as transformações nesses ambientes, à luz de pensadoras do feminismo negro.

**Palavras-chave:** Educação; Saúde mental; Racismo.

### Como citar

ROCHA, Laisla Suelen Miranda; SANTOS, José Francisco dos. Por uma educação transgressora: sobre racismo, saúde mental e Educação. **Educação em Análise**, Londrina, v. 10, p. 1-20, 2025. DOI: 10.5433/1984-7939.2025.v10.52601.



<sup>1</sup> Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal de Sergipe. Psicóloga do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano. Xique-Xique, Bahia, Brasil. Endereço eletrônico: suelen.lmiranda@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Docente na Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Apucarana, Paraná, Brasil. Endereço eletrônico: josef@utfpr.edu.br.

## FOR A TRANSGRESSIVE EDUCATION: ON RACISM, MENTAL HEALTH AND ACADEMIC ENVIRONMENT

**Abstract:** This article aims to reflect on mental health in the academic environment in the face of a neoliberal State. To this end, an integrative review methodology was employed, based on research in Cultural Studies and their intersections with racism, mental health, and educational institutions. The concerns arise from understanding mental health as a political concept that encompasses the structural factors of society, and from recognizing educational institutions as key spaces for health promotion — although they may also become harmful environments when reproducing the neoliberal and hegemonic logic (of cisnormativity, heteronormativity, white and elitist supremacy) embedded in the social fabric. In this context, the study seeks to understand the role of academia in mental health. Finally, the text offers provocations and an invitation to write about the transformations occurring in these spaces, through the lens of Black feminist scholars.

**Keywords:** Education; Mental health; Racism.

## POR UNA EDUCACIÓN TRANSGRESORA: SOBRE RACISMO, SALUD MENTAL Y ÁMBITO ACADÉMICO

**Resumen:** Este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre la salud mental en el entorno académico frente a un Estado neoliberal. Para ello, se utilizó la metodología de revisión integradora, basada en investigaciones de los Estudios Culturales y sus intersecciones con el racismo, la salud mental y las instituciones educativas. Las inquietudes surgen al considerar la salud mental como un concepto político que abarca los factores estructurales de la sociedad y al reconocer a las instituciones educativas como espacios clave para la promoción de la salud —aunque también pueden convertirse en entornos que generan malestar cuando reproducen la lógica neoliberal y hegemónica (de cisgeneridad, heteronormatividad, supremacía blanca y elitista) presente en el tejido social. En este contexto, se busca comprender el papel que desempeña el ámbito académico en la salud mental. Finalmente, el texto presenta provocaciones e invita a escribir sobre las transformaciones que ocurren en estos espacios desde la perspectiva de pensadoras del feminismo negro.

**Palabras clave:** Educación; Salud mental; Racismo.

## Introdução

---

*Se estamos comprometidas com um projeto de transformação social, não podemos ser coniventes com posturas ideológicas de exclusão que só privilegiam um aspecto da realidade por nós vivida.*

(Lélia Gonzalez)

O meio universitário, muitas vezes, é violento. Difícil é encontrar alguém que nunca ouviu sobre a inadequação de ocupar esse espaço, não de forma direta, mas por meio de uma linguagem que afirma exatamente isso “você tem que se esforçar mais, não está fazendo o suficiente”; “se não conseguir, desiste! Tranca (a matéria, o ano, o semestre) e faz depois”; “esse é um espaço de alto nível e não está aberto às dúvidas bestas”; “você precisa saber duas línguas”; “não importa a sua vida pessoal, você escolheu isso”. Não é sobre um indivíduo que reproduz, é sobre a estrutura.

Pesquisas em saúde mental, durante algum tempo, focalizaram somente no indivíduo, buscando algo biológico ou individual, desconsiderando toda a influência sócio-histórica na qual o sujeito está inserido. Contudo, todas as transformações que ocorreram e influenciaram a mudança de concepção sobre a cultura, a identidade e os estudos culturais, também modificaram as formas de pensar o que é saúde mental e como o saber “psi” compreende a subjetividade, que é formada por todos os fatores, tais como classe, raça, gênero, orientação sexual e territorialidade. Todavia, ainda hoje, as escolas e as universidades tendem a individualizar esse sofrimento.

O perfil das pessoas discentes nas universidades e nos institutos públicos vem se modificando desde as ações afirmativas, por meio da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Entretanto, ainda presenciamos uma visão elitista e brancocêntrica nesses ambientes. É extremamente importante democratizar o acesso à uma educação pública, gratuita e de qualidade. Isso exige mais que a ampliação do número e da reserva de vagas, mas implica pensar na permanência e questionar as demandas e as necessidades. O discurso de que a universidade é do povo e para o povo, se dissociado de uma prática que não valoriza e acolhe todas as pessoas, torna o ambiente estressor.

Outro aspecto que causa sofrimento mental é a cobrança por produtividade (talvez, pudesse usar o termo “produtivismo”). As instituições estão inseridas na lógica neoliberal, que requer um desempenho enorme e no menor tempo possível. Sabe-se que, com o modelo neoliberal, a ideia de educação passa de um campo social e político e se transforma apenas em

uma forma de ingressar no mercado de trabalho, funcionando com os mesmos princípios do neoliberalismo, ou seja, a lógica de produção e mercado. Não há apenas uma cobrança pela quantidade de produção, mas também o controle do tempo que foi dedicado, normalizando as noites sem dormir e a autoexploração. Há, portanto, uma romantização do sofrimento, da individualização e da culpabilização de quem não aceita ou não se adapta à lógica instaurada. É necessário pontuar que também existe sofrimento por parte das pessoas servidoras.

Este artigo surgiu de inquietações vividas em diversos momentos e espaços, por ocupar lugares com papéis distintos, sobretudo, como psicóloga de um Instituto Federal e como estudante de pós-graduação, de encontros, conversas, leituras e, em específico, da disciplina “Tópicos Avançados em Cultura” e das orientações da dissertação. Temos por objetivo refletir sobre as possíveis tessituras entre os Estudos Culturais, a saúde mental e o sofrimento no meio acadêmico. Pondera-se que pensar em saúde mental é pensar em um corpo político, que envolve questões de raça, gênero, orientação sexual e capacitismo. Entretanto, este texto explora principalmente as questões que envolvem as relações etnicorraciais.

Diante disso, vale pontuar sobre os lugares em que escrevemos e ocupamos: uma mulher branca, cis e do interior da Bahia e um homem, negro, cis da grande São Paulo. Partindo dos estudos culturais, o texto busca pensar sobre o racismo e a produção de subjetividades, que são permeados por questionamentos sobre o ambiente acadêmico, a função social dele e as influências coloniais em espaços que, por vezes, as epistemologias objetivam o rompimento de opressões, mas, na prática, continuam a reproduzi-las. Desta maneira questiona-se qual o papel dos espaços acadêmicos formais na produção de saúde ou sofrimento mental? Destarte, as próximas linhas não trarão respostas, mas fazem um convite a refletir e a construir em conjunto.

## **Revisando os Estudos Culturais**

Stuart Hall (2006), em “A identidade cultural na pós-modernidade”, busca compreender se existem “crises da identidade” na pós-modernidade ou modernidade tardia. No livro, o autor apresenta questões históricas, a fim de contextualizar o debate e propor novas formas de compreender a identidade. O estudioso descreve três concepções de identidades. A primeira é a do sujeito do Iluminismo, que é visto como uma pessoa centrada, unificada, dotado de razão e consciência, além disso, teria como centro, o seu núcleo interior (Hall, 2006). O autor também afirma que, durante toda a vida, esse sujeito permanecia praticamente o mesmo.

A segunda concepção é a do sujeito sociológico, que opunha a ideia anterior, ao sustentar que o núcleo interior não era autossuficiente e autônomo, mas seria formado pela relação com outras pessoas, por meio da cultura (Hall, 2006). Sob essa ótica, a identidade seria formada pela relação entre a pessoa e a sociedade. Hall (2006) demonstra que alguns pesquisadores afirmam que essa concepção de identidade unificada e estável vem sofrendo mudanças, tornando a identidade cada vez mais fragmentada. Destarte, o sujeito pós-moderno, por não ter uma identidade fixa, abre o debate para uma “crise na identidade” (Hall, 2006).

Com isso, Hall (2006) apresenta as mudanças que ocorreram na modernidade tardia, relacionando-as à temática voltada à(s) identidade(s) dos sujeitos. Dessa maneira, o autor contextualiza as sociedades modernas, definindo-as como “sociedades de mudanças constantes” (Hall, 2006, p. 14). Além disso, a modernidade é uma possibilidade reflexiva da vida. Afirma que as mudanças ocorridas fizeram com que os sujeitos se libertassem “de seus apoios estáveis nas tradições e culturas” (Hall, 2006, p. 25).

Hall (2006) defende que a modernidade fez surgir uma nova forma de sujeitos individuais e novas formas de identidade, pois, antes, a identidade era entendida como algo fornecido por uma divindade e sem possibilidade de mudanças. Nesse período, nasce, então, o sujeito soberano, que tinha duas concepções: uma que é indivisível e outra que é única, isto é, singular. Entretanto, houve diversas mudanças proporcionadas pela Reforma Protestante, pelo Humanismo Renascentista e pelas revoluções científicas, que propuseram uma nova concepção de homem, considerado científico e racional, tendo, como um dos grandes precursores, René Descartes.

Além disso, Hennigen e Guareschi (2006) asseveram que Hall expõe compreensões acerca da mudança de entendimento sobre a cultura e sua influência na produção de identidade e na forma como acontecem os processos de subjetivação. As estudiosas afirmam que, a partir dessa virada cultural, a cultura passou a ser entendida com um viés simbólico, que tem significados e forja as subjetividades. Para que isso acontecesse, também foi necessária a virada linguística, que constitui a linguagem não apenas como uma ferramenta de expressão de forma neutra, mas como algo discursivo, que tem um significante que produz e reproduz as questões estruturantes da sociedade.

Todas essas mudanças reverberam no campo dos estudos culturais, ao sustentarem que a cultura apenas é possível pela e na linguagem, sendo assim, associadas às questões de poder. Bordini (2006), no texto “Estudos culturais e estudos literários”, explana que, até a década de 1960, a cultura era entendida enquanto um conceito monolítico e somente poderia ser inserido

nesse conceito aquilo que é considerado alta realização. A autora aponta que apenas eram consideradas literatura, algumas restritas obras, deixando sempre a parte as produções de corpos e as epistemologias subalternas (Bordini, 2006). A estudiosa, assim como Hall (2006), afirma que, com a modernidade, esses conceitos sofreram diversas transformações. Ademais, desenvolve o conceito de multiculturalismo, no qual é reconhecido que a cultura é um conjunto de manifestações simbólicas, construídas por diversas partes da sociedade e as quais podem ultrapassar as fronteiras (Bordini, 2006).

Lima (2013) explica que os estudos culturais se institucionalizam nos anos de 1960 e, no Brasil, buscaram recuperar a crítica feminista, ao trazerem escritoras que foram silenciadas e escondidas durante o processo da formação da identidade nacional. O autor ainda demonstra que esse processo tem como consequência que outros setores apagados da história nacional, possam reivindicar o lugar deles na constituição da nação. Considerando a temática em evidência, em um país colonizado como Brasil, é perceptível como o racismo, assim como é proposto por Grosfoguel (2019), seria um sistema de classificação, a partir da linha do humano, em superioridade e inferioridade. Desta maneira, as pessoas que estão abaixo da linha do humano, portanto, têm sua humanidade questionada e deslegitimada. Por outro lado, aquelas que se encontram acima desfrutam do acesso aos direitos, a uma formação de subjetividades positivadas e do reconhecimento enquanto vidas que merecem ser reconhecidas como vida.

Da mesma maneira que se propõe uma linha divisória para os corpos e às vidas, também reverberam no campo das epistemologias e dos conhecimentos, tal com é pontuado por Bárbara Carine Soares Pinheiro e Karemari Rosa (2018), abordando como povos africanos foram marginalizados e de como isso silenciou seus saberes e produções científicas em detrimento de um currículo escolar embranquecido. As organizadoras começam questionando:

[...] quem lucra com a invisibilidade de um passado em Ciência e Tecnologia dos povos africanos e da diáspora? Como esse constructo social, político e ideológico se originou? O que as ciências como um todo tem com isso? Todas as vezes que uma sociedade começa a se organizar, essa acontece por interesses comuns, por linhas gerais de importâncias e legitimam as práticas culturais. A organização de uma sociedade está diretamente ligada aos modos de como esta interage e transforma a realidade em que habita. Por sua vez, esta organização parte das necessidades materiais dos indivíduos e é marcada por processos de transformação da matéria, ora, pelo trabalho realizado. Assim, toda sociedade das "consideradas" mais primitivas às mais complexas – produz trabalho e, portanto, Ciências e seus precursores (Pinheiro; Rosa, 2018)

Com vistas a superar a hierarquização e a invisibilização de certas formas de produção de conhecimento, de epistemologia e de literaturas, Lima (2013) sustenta que é papel do crítico cultural problematizar a consideração de apenas uma estética, buscando considerar diversos aspectos dos textos com base em vários fatores, tais como raça, etnia, gênero e sexualidade.

### **Questionando saberes institucionalizados, propondo leituras suplementares**

---

*Não posso deixar de escrever um último parágrafo para lembrar que a língua, por mais poética que possa ser, tem também uma dimensão política de criar, fixar e perpetuar relações de poder e de violência, pois cada palavra que usamos define o lugar de uma identidade.*  
(Grada Kilomba)

É válido reforçar os potentes textos de Maya Angelou, uma escritora fantástica e uma grande ativista negra dos Estados Unidos que lutou pelo fim da segregação racial no país. A estudiosa afirma que, mesmo após diversas publicações, sempre no momento de entregar uma nova, vinha todo o medo de ser descoberta enquanto uma fraude, dado que ainda se coloca como ideal para a escrita, aquele que é branco, cishetero e europeu. Trazemos então o que Lucas Lima (2013, p. 267) chama atenção, seria necessário que se “atente para os efeitos de poder gerados pelos discursos, e no caso daqueles discursos sexistas e homofóbicos em particular, que tratam de fundar um não-sujeito, despossuído de humanidade e habitante das margens da inteligibilidade social”.

Corroborando com as questões exibidas, Audre Lorde (2019) aponta os perigos que essa imposição social de silenciamento e de negação do lugar de produtoras de conhecimento e de intelectualidade causa nos corpos subalternos, os quais internalizam essas questões. Com o intuito de quebrar essas correntes, a autora afirma que “os patriarcas brancos nos disseram: ‘Penso, logo existo’. A mãe negra dentro de cada uma de nós - a poeta- sussurra em nossos sonhos: ‘Sinto, logo posso ser livre’. A poesia cria a linguagem para expressar e registrar essa demanda revolucionária, a implementação da liberdade” (Lorde, 2019, p. 47).

Assim, percebe-se que há uma forma de enfrentamento desse lugar que se propõe enquanto hegemônico. No Brasil, podemos considerar que ele é ocupado pela mística do patriarcado, do machismo, do cis e da heteronormatividade compulsória, elitista e da

branquitude. Tudo aquilo que se desvia desse padrão é entendido como inferior e aquilo que é produzido do ponto de vista intelectual é visto como de menor valor.

De acordo com Lima (2013, p. 269), há uma deslegitimação das:

[...] produções culturais não-brancas, não-heterossexuais e não-ocidentais, relegando essas literaturas e outras textualidades culturais a uma condição de inviabilidade dentro do sistema de valores vigente no Ocidente. Tal inviabilidade, ou ‘não-lugar’, enseja o surgimento dos (in)desejados guetos, locais, segundo entendo, de proteção e de solidariedade cultural. Logicamente que com tal afirmação não desprezo o caráter mercadológico que está na raiz dos processos de ‘guetização’ à qual as culturas negra e homossexual, por exemplo, estão submetidas nos Estados Unidos e em outras nações centrais e periféricas.

Dessa forma, Lima (2013) recorre à Judith Butler para definir a “reiterabilidade discursiva” sendo compreendida, como uma forma que se naturalizou na qual determinados sujeitos podem ocupar, esse espaço e outros seriam abjetos e indesejáveis nas produções literárias. Diante disso, Lima (2013) afirma que a teoria *queer* e a crítica feminista são formas de resistência e de rompimento desses padrões. Além disso, evidencia a falácia da ideia de uma literatura enquanto não ideológica, pois ela é apenas uma forma de manter a ideologia dominante. Nada é mais ideológico que essa suposta neutralidade, que serve apenas para manter os padrões de dominação e violência. Propor-se dentro da neutralidade é uma maneira de querer as coisas como estão, sem aceitar as mudanças e a perda de privilégios.

Lima (2013) explica, ainda, que as vertentes dos estudos culturais entram em embate com essas hegemonias. Uma das principais tarefas do crítico cultural é questionar os saberes institucionalizados e propor leituras suplementares. Portanto, o pensamento *queer*, para além de teórico, carrega uma posição política de questionar as normas que estão postas. Assim, é possível inferir que as editoras independentes têm um forte papel nessa luta, uma vez que buscam disseminar as produções subalternas. A indústria editorial ainda é marcada pelos discursos hegemônicos. É visível que, nos últimos anos, têm crescido o número das publicações, talvez, até por interesse capitalista, mas ainda é insuficiente. Também é válido considerar as traduções das obras e o enorme espaço temporal entre as publicações feitas no país de origem e a tradução brasileira.

Nesse sentido, Terezinha Oliveira Santos (2020), no artigo “Tecendo palavras com (desa)fiões, resiliências e resistências: reflexões de uma mulher negra e docente acadêmica”, retrata esse lugar da escrita enquanto política e resistência contra toda negação da humanidade

que os colonizados vêm sofrendo desde a expedição marítima europeia até a atualidade. O texto também é uma homenagem a todas as mulheres latino-americanas que a inspiraram, incluindo Conceição Evaristo, Carolina Maria de Jesus, Lélia Gonzalez e Glória Anzaldúa (Santos, 2020). Trago então, a frase de Carolina Maria de Jesus que em 2021 ganhou o título de Doutora Honoris Causa pela Universidade Federal do Rio Janeiro. Em “Quarto de despejo”, a autora expõe: “Eu disse: meu sonho é escrever! Responde o branco: ela é louca. O que as negras devem fazer... É ir para o tanque lavar roupa” (Jesus, 1963, p. 201).

Essa relação demonstra aquilo que Kilomba (2019) e Fanon (2008) trazem enquanto separação entre o que se considera humano (o branco europeu), dotado de razão, poder, intelectualidade e ligado ao desenvolvimento, e o outro, não um “outro” universal, que compõe o nós, mas um “outro” objeto, algo que deve ser reduzido ao corpo. Assim, não é permitido teorizar sobre os grupos racializados, uma vez que eles são necessários para a construção capitalista. Eles são reduzidos ao braçal, sem razão. É possível até elogiá-los, desde que seja um elogio ao corpo, à dança ou a algo no campo que se convencionou como natureza, e não como razão.

Essa inferiorização intelectual das pessoas negras acontece desde o período da escravização no Brasil. Nas últimas décadas do escravismo e após abolição, a elite e o governo brasileiro lançaram mão de duas estratégias para continuar colocando o negro como inferior, que foram a importação de teorias racistas e a imigração maciça de brancos europeus. Foi nesse período que começou a se falar em subjetividades de pessoas negras. Antes, os povos negros eram tratados apenas como objetos. Entretanto, a subjetividade foi relacionada ao que é essencialmente violento, menos inteligente e dado à loucura. Surgiram teorias, com Nina Rodrigues, que associam o fenótipo às características morais e intelectuais.

Esse lugar, ainda hoje, continua a ser transmitido em diversos ambientes, dentre eles, a escola, pois, ao negar a história da África e supervalorizar a Europa enquanto única história possível, cujo único referencial humano é o branco, comete-se uma violência simbólica. Como efeitos de uma ação desumanizadora, tendo em vista que, mesmo sem usar falas que animalizam as pessoas negras, o silenciamento das contribuições da história e da cultura africana e afro-brasileira é uma forma de negar a humanidade e, assim, animalizar.

Esses pontos são evidenciados por Lélia Gonzalez (2020, p. 165), que afirma que:

Enquanto isso, as crianças negras que vão à escola sofrem o estigma do pecado de serem negras, pois o discurso pedagógico as submete a diferentes maneiras de se envergonharem de si mesmas. Estamos cansados de saber que nem na

escola nem nos livros onde mandam a gente estudar se fala da efetiva contribuição das classes populares, da mulher, do negro e do índio na nossa formação histórica e cultural. Na verdade, o que se faz é folclorizar todos eles. E o que é que fica? A impressão de que só os homens, os homens brancos, social e economicamente privilegiados, foram os únicos a construir este país. A essa mentira tripla se dá o nome de: sexismo, racismo e elitismo. E como ainda existe muita mulher que se sente inferiorizada diante do homem, muito negro diante do branco e muito pobre diante do rico, a gente tem mais é que tentar mostrar que a coisa não é bem assim, né?

Assim, é de extrema importância a aplicação da Lei nº 10.639/2003, implementada através da luta dos movimentos sociais, principalmente, o Movimento Negro. Essa lei tornou obrigatório o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, "resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil" (Brasil, 2003). Essa é uma maneira de propagar as contribuições e colocar os negros em posição de ser humano, quebrando as práticas de imagens inferiorizadas e distorcidas do negro que são internalizadas desde a infância.

Considerando a aplicação da Lei nº 10.639/2003, é preciso se atentar a um aspecto crucial: a educação para as relações étnico raciais, considerando o coletivo, com uma escuta sensível e para toda a comunidade acadêmica. Para tanto, Machado (2019) propõe a adoção da Metodologia de Odus, que é uma metodologia afro-referenciada construída a partir de memórias históricas. Nela, a ancestralidade delinea o presente, para que o futuro seja livre, buscando uma decolonização do currículo. Essa metodologia também perpassa por uma formação que procura a construção de uma sociedade mais justa, antirracista, antipatriarcal, democrática e contra todas as formas de opressão, pois “valorizar a memória e a resistência negra contra as hegemonias é um processo decolonial e ressignificante, que fortalece o combate contra o preconceito e a discriminação racial que afetam a nossa sociedade, possibilitando a mudança do cenário de desigualdade vivida no Brasil” (Correa, 2018, p. 127 *apud* Machado, 2019, p. 23).

A Lei nº 10.639/2003 e as metodologias afrocentradas contribuem para a construção de uma subjetividade positiva para as pessoas negras e uma consciência crítica e racializada para a branquitude, uma vez que, muitas vezes, ainda são desconhecidas a história positiva e a ancestralidade africana e afro-brasileira. Entretanto, compreende-se que o racismo é estrutural e essa ação pode apenas gerar fissuras na estrutura. Por ser estrutural, precisamos de mudanças estruturais. Destarte, é possível afirmar que o sofrimento psíquico (se) inicia com essa falta de informação e a consequente dificuldade em constatar que as pessoas negras fazem parte de algo

positivo e tiveram parcela fundamental na construção do Brasil. Isso gera uma ferida na autoestima e uma visão de que são inferiorizados.

Partimos então para Glória Anzaldúa (2000), no texto “Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo”, convoca e reflete sobre o processo de escrita para as mulheres negras, apontando que a branquitude não quer conhecer as pessoas racializadas, tampouco conhecer a língua, a cultura e o espírito. Também ressalta que os processos escolares ainda são marcados pelo silenciamento e pela negação em utilizar a linguagem marcadas pela classe e etnia, falando da sua dificuldade em escrever esse texto por estar ligada aos padrões que sempre foram impostos na escrita (Anzaldúa, 2000).

As teorias dos estudos culturais e a função delas enquanto projetos políticos corroboram com o chamado de Anzaldúa (2000), que convida as pessoas que estão em espaços subalternos a falar e a escrever, uma vez que a escrita é um movimento de resistência. No que se refere ao silenciamento e ao apagamento, voltamos para a formação em Psicologia no Brasil, com currículos ainda brancocêntricos. Um exemplo é a invisibilização de Virgínia Bicudo, Neusa Santos Sousa e Lélia Gonzalez. Para tratar da psicanálise, são trazidas apenas as teorias europeias, sem a realização de uma análise crítica baseada nos elementos estruturais do país. A negação da aprendizagem por outras fontes que não sejam europeias contribui para a manutenção de subjetividades forjadas e negativadas no espaço que deveria ser destinado ao empoderamento e à promoção da saúde mental, que são funções da psicologia. O apagamento é um projeto político.

Diante de todas essas questões, para pensar na formação da subjetividade e na saúde mental, é válido expor Grada Kilomba (2019), que, no livro “Memórias de Plantação”, explica que se torna sujeito por meio da escrita, partindo dos conceitos de bell hooks de “sujeito” e “objeto”. Aqueles seriam os que podem construir as próprias identidades, realidades e nomear os outros, enquanto aqueles que são considerados objeto têm a realidade e a identidade forjadas pelos outros e pela forma como se relacionam com os que são sujeitos. Cabe considerar o conceito de linha do humano trazido por Grosfoguel (2019), que assevera que as pessoas são definidas por meio dessa linha: quem está acima é considerado humano (sujeito) e tem acesso aos direitos e à possibilidade de construção de uma subjetividade positivada, enquanto quem está abaixo (objeto) tem a humanidade questionada e negada.

Fanon (2008), em “Pele Negras, Máscaras Brancas”, aponta que, nas sociedades colonizadas, o negro não é um homem, é o negro, pois tem sua humanidade negada é considerado enquanto objeto, já que o corpo negro, através dessa negação colonial, torna-se

uma presença ausente, em que nem humano pode ser considerado (Faustino, 2020). Aqui precisamos falar sobre a sexização da linguagem (inclusive, no início de “Memórias de Plantação”, Kilomba tece uma reflexão sobre vários termos) nos quais a palavra “homem” adquire a função de representar toda a humanidade. Grada Kilomba (2019) sustenta que, dentro das sociedades estruturadas pelo racismo e machismo, raça e gênero são marcos para a construção da identidade e também para subalternização dos corpos, em uma performance ela afirma que “uma mulher negra diz que ela é uma mulher negra. Uma mulher branca diz que ela é uma mulher. Um homem branco diz que é uma pessoa” (Kilomba, 2019).

Apesar de Fanon (2008) utilizar um recurso patriarcal<sup>3</sup> para definir o grupo humano, o estudioso vem denunciar o que Achille Mbembe (2016) descreve como a necropolítica das sociedades modernas, pois negros e negras não são vistos enquanto humanos. Assim, o lugar da mulher negra, enquanto “o outro do outro” (Kilomba, 2019), tem sua humanidade duplamente negada, enquanto mulher e enquanto negra. Para falar do silenciamento e da negação, Grada Kilomba (2019) realiza uma discussão sobre a máscara de Flandres, um instrumento de ferro utilizado no período do escravismo e que demonstrava uma relação de poder e de sujeição dos escravizados. De modo oficial, dizia-se que a máscara de Flandres era usada a partir da imposição dos senhores brancos, a fim de evitar que os africanos comessem o que era produzido nas lavouras. Entretanto, a principal função dessa máscara era impor o silenciamento e o medo.

Kilomba (2019) explica, ainda, que, em relação à colonização e ao racismo, a boca, que simboliza a fala e a enunciação, torna-se um órgão de opressão das coisas que o branco quer controlar. Diante disso, a estudiosa pondera que escrever é um ato político, no qual a escritora sai desse lugar de objeto e se torna sujeito, não sendo a Outra e sim um EU/sujeito.

Tanto Kilomba (2019) quanto Anzaldúa (2000) convidam e encorajam as mulheres negras à escrita, que é um movimento de resistência para que os outros não as definem. “É a busca de um eu, do centro do eu, o qual nós mulheres de cor somos levadas a pensar como ‘outro’ — o escuro, o feminino” (Anzaldúa, 2000, p. 234). Para Kilomba (2019), trata-se de um ato de tornar-se sujeito.

Assim:

---

<sup>3</sup> O recurso patriarcal refere-se a uma noção de poder das relações entre homens e mulheres, utilizando o homem como representante de um todo.

Escrevam com seus olhos como pintoras, com seus ouvidos como músicas, com seus pés como dançarinas. Vocês são profetisas com penas e tochas. Escrevam com suas línguas de fogo. Não deixem que a caneta lhes afugenta de vocês mesmas. Não deixem a tinta coagular em suas canetas. Não deixem o censor apagar as centelhas, nem mordanças abafar suas vozes. Ponham suas tripas no papel. Não estamos reconciliadas com o opressor que afia seu grito em nosso pesar. Não estamos reconciliadas. Encontrem a musa dentro de vocês. Desenterrem a voz que está soterrada em vocês (Anzaldúa, 2000, p. 234).

Um aspecto importante trazido por Grada Kilomba (2019) é o caráter atemporal do racismo, discutindo o conceito de *plantation* (plantação). em que a memória surge como uma maneira de ver e falar sobre as novas formas coloniais e o lugar traumático do racismo, que, por muitas vezes, é negado e/ ou silenciado. A estudiosa explica que as memórias do racismo estão vivas e sempre são revividas a partir das (re)atualizações das práticas coloniais. Esse conceito explicita o modo como a branquitude, na formação da própria subjetividade, introjeta os aspectos positivos e impõe tudo aquilo que é negativo aos grupos racializados.

Kilomba (2019, p. 40) questiona a forma como a psicanálise propõe as formas de subjetivação:

Parece, portanto, que o trauma das pessoas negras provém não apenas de eventos de base familiar, como a psicanálise argumenta, mas sim do traumatizante contato com a violenta barbaridade do mundo branco, que é a irracionalidade do racismo que nos coloca sempre como a/o outra/o, como diferente, como incompatível, como conflitante, como estranha/o e incomum.

É perceptível que Kilomba (2019) e Fanon (2008) concordam com a necessidade de se pensar na sociogenia enquanto dimensão do sofrimento e de traumas vivenciados por pessoas negras. Assim, pensar no cuidado e na saúde mental para os grupos que são diariamente colocados em posição subalternizadas exige considerar que essa violência é expressa a partir de medos, ansiedade, baixa autoestima e outras formas de sofrimento em decorrência do racismo, e não apenas considerar os sintomas descritos nos manuais de classificações psiquiátricas. Fazer isso seria uma maneira de somente patologizar e individualizar as reações que são derivadas dessa experiência traumática.

Também é importante destacar que o racismo não é um trauma de um momento pontual ou específico, mas um processo de uma vida inteira (quicá, desde o momento em que o sujeito está no útero, já começa a ser exposto). Diante disso, é acionada uma memória histórica e

colonial desde o processo de escravização, assim como aponta Kilomba (2019, p. 158, grifo nosso):

*De repente, o colonialismo é vivenciado como real - somos capazes de senti-lo! Esse imediatismo, no qual o passado se torna presente e o presente passado, é outra característica do trauma clássico. Experimenta-se o presente como se estivesse no passado. Por um lado, cenas coloniais (o passado) são reencenadas através do racismo cotidiano (o presente) e, por outro lado, o racismo cotidiano (o presente) remonta cenas do colonialismo (o passado). A ferida do presente ainda é a ferida do passado e vice-versa; o passado e o presente entrelaçam-se como resultado.*

Destarte, pensar nos processos subjetivos e saúde mental de pessoas negras é pensar no enfrentamento do racismo, e perpassa por reconhecer que a sociedade brasileira é racista, ao contrário das negações (tais como “no país, não existe racismo”) presentes no imaginário, nos currículos escolares e nas formas de cuidar da saúde, assim como é possível perceber na reportagem a seguir.

“Meu psicólogo disse que racismo não existe”: esse é o título de uma matéria do Portal Geledés. Essa matéria, por meio dos relatos de pacientes, demonstra que muitas psicólogas ainda não sabem lidar com o racismo dentro do consultório. Além disso, evidencia que existe uma carência na formação curricular, com a finalidade de tratar o problema do racismo no Brasil (Arraes, 2015). Uma das mulheres entrevistadas afirmou que ouviu da psicóloga, que é branca, que ela deveria mudar de comportamento e parar de “se vitimizar e transformar acontecimentos normais em racismo” (Arraes, 2015).

A partir da fala da psicóloga, é perceptível o que Grada Kilomba fala sobre a máscara do silenciamento, em que apesar de não ser mais utilizada a máscara de falanges, ainda existe um silenciamento das falas dos negros. Diante disso, a autora questiona: “por que deve a boca do sujeito negro ser amarrada? Por que ela ou ele tem de ficar calado? O que poderia o sujeito negro dizer se ela ou ele não tivesse sua boca tapada? E o que o sujeito branco teria de ouvir” (Kilomba, 2019, p. 41). Assim, o sujeito branco carrega o medo de que, se o sujeito colonizado falar, o colonizador terá que ouvir. Desse modo, falar em racismo e do sofrimento trazido por ele é uma maneira de confrontar o sujeito colonizador por meio das verdades do seu Outro. A psicologia/psiquiatria que fez parte dos saberes que importaram teorias racialista, utilizada para inferiorizar os sujeitos negros, ao negar que se fala sobre o racismo e as consequências dele à saúde mental ou deslegitimar essas dores, continua a reproduzir a lógica do silenciamento, em que as verdades do Outro são negadas, reprimidas e mantidas em segredo.

Kilomba (2019) explica o medo do branco de ouvir o sujeito colonial, demonstrando que ele pode ser compreendido por meio do mecanismo de repressão de Freud, ou seja, busca afastar algo de si e deseja continuar mantendo esse distanciamento. Além disso, é por intermédio desse mecanismo que as verdades se tornam inconscientes. Assim,

[...] a máscara vedando a boca do sujeito negro impede-a/o de revelar tais verdades, das quais o senhor branco quer ‘se desviar’, ‘manter distância’ nas margens, invisíveis e ‘quietas’. Por assim dizer, esse método protege o sujeito branco de reconhecer o conhecimento do Outro/a (Kilomba, 2019, p. 42).

Ao transpor a temática ao espaço psicoterapêutico, é sabível que é por meio da fala (ou da escrita) que o sujeito se re(conhece). Trata-se de um espaço através do qual possa se ver e se afirmar enquanto sujeito. Entretanto, quando essa fala é interdita pelo discurso de que o racismo não existe ou quando simplesmente são ignoradas as demandas trazidas, passa-se a mensagem de que o sujeito deve continuar na posição de objeto. Tendo em vista que o falar é compreendido enquanto uma negociação entre quem fala e quem ouve, não existe fala se não existir o escutar. “Ouvir é, nesse sentido, o ato de autorização em direção à/ao falante. Alguém pode falar somente quando sua voz é ouvida” (Kilomba, 2019, p. 42).

Diante disso, é necessário compreender que a saúde mental é um conceito político, em que os fatores que estruturam o nosso país, a exemplo do racismo e do colonialismo, são determinantes para as vivências e para a formação de subjetividades e identidades. É como Du Bois (2021) descreve ao falar da dupla consciência, colocando racismo como um véu que embaça a visão. Portanto, mesmo sendo parte e pertencente a esse país, o negro não se sente em casa e não sente que esse é o seu lugar, pois o mundo importado é branco.

Fanon (2008, p. 28) sustenta que:

Por mais dolorosa que possa ser esta constatação, somos obrigados a fazê-la: para o negro, há apenas um destino. E ele é branco. Antes de abrir o dossiê, queremos dizer certas coisas. A análise que empreendemos é psicológica. No entanto, permanece evidente que a verdadeira desalienação do negro implica uma súbita tomada de consciência das realidades econômicas e sociais. Só há complexo de inferioridade após um duplo processo: — inicialmente econômico; — em seguida pela interiorização, ou melhor, pela epidermização dessa inferioridade.

Assim, para que a psicologia pense no sofrimento mental para além de um modelo individualizante, é necessário considerar as questões econômicas e sociais. Além disso, para analisar os casos individuais, é preciso considerar as questões sociológicas (Fanon, 2008). O

racismo e o colonialismo não são apenas mais duas maneiras de discriminação, mas são questões que fazem com que o sujeito permaneça impossibilitado de lidar com as faltas necessárias do processo de subjetivação e de viver a sua subjetividade de forma saudável. O racismo e o colonialismo criam uma fragmentação no processo de humanidade, fazendo com que os grupos racializados e colonizados sejam vistos apenas como específicos (Fanon, 2008; Faustino, 2018; Kilomba, 2019).

O racismo como expressão de violência é um ato de terror, suas ameaças aterradoras provocam perturbações cotidianas no(a) negro(a). A polícia, quando aborda o homem negro – mais suscetível a isso que a mulher negra –, já o coloca sob suspeita pelo simples fato de ser negro. Quando acorda – isso às vezes nem é consciente –, o(a) negro(a) já se prepara para viver uma luta cotidiana, porque vários assédios raciais irão acontecer ao longo desse dia. Mesmo que se acredite que as ameaças racistas não se cumprirão, isso não faz com que desapareça o pavor de viver a humilhação, pois seu corpo carrega o significado do execrável, que incita e justifica a violência racial. O racismo sobrevive num ‘vir a ser’ interminável. Você dorme e acorda, e ele está presente (Silva, 2004, p. 220).

Assim, Maria Lucia da Silva (2004) demonstra que o negro vive em estado de alerta o tempo todo como se não existisse um lugar seguro ou, assim como Deivison Faustino, durante a palestra “Colonialismo, Racialização e Sofrimento Psíquico”, comenta: “você morre antes de morrer por não estar dentro desse pacto do humano” (Colonialismo [...], 2021). Diante dessas questões, a psicologia precisa se questionar sobre como são forjadas as subjetividades das pessoas que não estão dentro daquilo que se considera humano e como se dão as relações em um país que majoritariamente é composto por pessoas que estariam fora do padrão da humanidade.

É necessário compreender que para pensar em saúde mental, é preciso considerar as interseccionalidades, apesar de, no imaginário social, ter sido criada a ideia de que as pessoas dos grupos racializados são iguais e sofrem e vivem da mesma forma. Isso se caracteriza enquanto uma falácia. Como exemplo, podemos afirmar que os brancos têm privilégios apenas por serem brancos. No entanto, apesar de usufruírem privilégios por conta da sua pertença racial, quando cometem um equívoco, a situação é analisada com base na sua singularidade. Em contrapartida, se é um negro(a) que comete um equívoco, ele vai ser analisado pelo fato de ser negro. Logo, esse equívoco será transmitido a todo negro(a), construindo “ideias” racistas que corroboram com o surgimento de algumas frases, tais como: “só podia ser negro”.

Assim, é necessário entender que existem particularidades na forma como o racismo afeta a subjetividade. Negros e negras são hipersexualizados(as). As mulheres negras são as mais violentadas. O último Atlas da Violência mostrou que, a cada duas horas, uma mulher é morta: dessas 60% são negras (IPEA, 2021). As mulheres negras são as que menos se casam e os jovens negros compõem a maior parcela carcerária. Mesmo com todas essas particularidades, o racismo traça algo em comum: negros e negras são matáveis, assim como Achile Mbembe (2016) conceitua como necropolítica a decisão de quem deve viver e morrer.

### Considerações finais

Apesar de todas as questões apontadas, muitas vezes, o sofrimento mental é visto de forma individualizada, excluindo os fatores estruturais da sociedade e os fatores institucionais. Por exemplo, quando o estudante apresenta sofrimento psíquico, ele é encaminhado para uma psicóloga ou profissional da saúde mental, o que é extremamente importante, mas não é o suficiente, nem a única solução. Ao tratar a situação apenas como individual, sem pensar em modificar os contextos ou questionar a prática para além das epistemologias que pesquisamos, voltamos a inserir essa pessoa em um ambiente que é potencialmente adoecedor.

Parece mais cômodo associar o sofrimento psíquico ao indivíduo. Dessa maneira, invisibilizam o que há de coletivo e desconsideram que determinados grupos vivenciam coisas que outros grupos não experienciam. Um exemplo: pessoas que são mães são as mais sobrecarregadas em tempos de pandemia. É possível fingir que esse dado não é real e afirmar que as mães têm as mesmas condições e disponibilidade de estudo que outros grupos? Acredito que não. Os ambientes educativos têm a função social de ofertar permanência e êxito a todas as pessoas. Se ela adoece, não é só encaminhá-la para um psicólogo ou profissional de saúde mental: é necessário refletir o que nesse contexto tem interferido, propor mudanças e tornar um ambiente que produza saúde mental, e não sofrimento.

O público desses ambientes foi modificado nas últimas décadas. Esses lugares precisam ser revistos, dado que aqueles discursos vão sendo internalizados e produzem o sentimento de culpa, como se isso fosse algo apenas individual, desconsiderando tudo aquilo que a cultura impõe e tudo aquilo que os estudos culturais propõem, ou seja, que a cultura forma subjetividade e se dá na e pela linguagem, além de o estudioso é, também responsável pelo desmantelo dessa estrutura. Não basta utilizar um Projeto Político Pedagógico e pesquisas com epistemologias descoloniais apenas na teoria: é necessário incorporar isso no dia a dia e na vida.

Grada Kilomba (2019) afirma: é no falar que as pessoas saem do lugar de objeto para sujeito. É na linguagem e pela linguagem que as relações de poder são transmitidas. Portanto, falar sobre essas questões é necessário, pois quanto mais se ignora, mais pessoas se sentem oprimidas e acreditam que é algo que acontece somente com elas. Então, meu convite é que fale, escreva o que sente e o que se passa nesses ambientes. Relate a sobrecarga, o racismo, o machismo, a misoginia, a lgbtphobia e a pressão no meio acadêmico. E que também reflitam a serviço de quem e de que as nossas falas estão sendo propagadas?

## Referências

ANZALDÚA, Glória. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000.

ARRAES, Jarid. “Meu psicólogo disse que racismo não existe”. **Portal Geledés**, 27 jun. 2015. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/meu-psicologo-disse-que-racismo-nao-existe/>. Acesso em: 2 jun. 2025.

BORDINI, Maria da Glória. Estudos culturais e estudos literários. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 41, n. 3, p. 11-22, 2006.

BRASIL. **Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm). Acesso em: 02/06/2025

COLONIALISMO, racialização e sofrimento psíquico em frantz fanon: Palestra Prof Deivison Faustino. [S. l.: s. n.], 2021. 1 vídeo (2h45min). Publicado pelo canal Lelita Oliveira Benoit. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jEBBNa8y6Ww>. Acesso em: 2 jun. 2025.

DU BOIS, William Edward Burghardt. **As almas do povo negro**. Tradução de A. Boide. São Paulo: Veneta, 2021.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: UFBA, 2008.

FAUSTINO, Deivison Mendes. Revisitando a recepção de Frantz Fanon: o ativismo negro brasileiro e os diálogos transnacionais em torno da negritude. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n.109, 2020. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/48039>. Acesso em: 24 mar. 2023

FAUSTINO, D. M. **Frantz Fanon: um revolucionário particularmente negro**. Minas Gerais: Círculo Contínuo Editorial, 2018.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio Janeiro: Zahar, 2020.

GROSGOUEL, Ramón (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. (Coleção Cultura Negra e Identidades).

GROSGOUEL, R. What is Racism?. **Journal of World-Systems Research**, San Francisco, v. 22, n. 1, p. 9–15, 2016. Disponível em: <https://jwsr.pitt.edu/ojs/index.php/jwsr/article/view/609>. Acesso em: 15 out. 2022.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HENNIGEN, I.; GUARESCHI, N. M. de F. A subjetivação na perspectiva dos estudos culturais e foucaultianos. **Psicologia da Educação**, São Paulo, n. 23, p. 57–74, 2006.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da Violência 2021**. Brasília: IPEA, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/>. Acesso em: 2 jun. 2024.

JESUS, C. M. de. **Quarto de Despejo**. [São Paulo]: Edição popular, 1963.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019

LIMA, C. H. L. Feminismos, estudos literários e epistemologia queer: imbricamentos. *In*: COLLING, L.; THÜRLER, D. (org.). **Estudos e políticas do CUS**. Salvador: Edufba, 2013. p. 263–268.

LORDE, A. **Irmã outsider**. Tradução de S. Borges. São Paulo: Autêntica Editora, 2019.

MACHADO, A. F. Odus: Filosofia Africana para uma metodologia afrorreferenciada. *Voluntas*, Santa Maria, v. 10, p. 1-25, 2019.

MBEMBE, A. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, n 32, p. 123-151, 2016.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares; ROSA, Katemari (org.). **Descolonizando saberes: a Lei 10.639/2003 no ensino de ciências**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2018.

SANTOS, Terezinha Oliveira. Tecendo palavras com desa(fios), resiliências e resistências: reflexões de uma mulher negra e docente acadêmica. **Estudios de Filosofía Práctica e Historia de las Ideas**, Mendonza, v. 22, p. 1-12, 2020.

SILVA, Maria Lúcia. O preconceito racial humilha, a humilhação faz sofrer I: reflexões sobre a construção psíquica do sujeito negro. *In*: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (org.). **Psicologia e Direitos Humanos: subjetividade e exclusão**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. p. 217–222.

## CRediT

Reconhecimentos:

Não se aplica.

Financiamento:	Não se aplica.
Conflito de interesses:	Não possuem.
Aprovação ética:	Não se aplica.
Contribuição dos autores:	ROCHA, L. S. M. declara ter participado da redação do artigo e afirma ter sido de sua responsabilidade a conceituação, curadoria dos dados, análise formal, investigação, metodologia, validação e redação – rascunho original; SANTOS, J. F. declara ter contribuído com a curadoria dos dados, supervisão e validação.

*Submetido em: 28 de abril de 2025*

*Aceito em: 05 de maio de 2025*

*Publicado em: 12 de agosto de 2025*

*Editor de seção: João Fernando de Araújo*

*Membro da equipe de produção: Junior Peres de Araújo*

*Assistente de editoração: Giovanna Martins Capaci Rodrigues*